

LEI Nº 2.230, DE 09 DE AGOSTO 1995.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A CONTRAIR
EMPRÉSTIMO POR ANTECIPAÇÃO DE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA, JUNTO A
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
NACIONAL E OFERECER GARANTIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu,
PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, em nome do Município de Alegre-ES, contratar Empréstimo por Antecipação da Receita Orçamentária no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), junto a Instituição Financeira Nacional, para suprimento de caixa do Tesouro Municipal.~~

~~**Art. 2º** Para garantia do pagamento da dívida, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e transferir para a Instituição Financeira contratante parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), durante o prazo de vigência do contrato de empréstimo autorizado por esta Lei.~~

~~**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.~~

~~**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 09 de agosto de 1995.~~

~~**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA** — Caléu
— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.